



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000

CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



TERMO DE REFERENCIA

1.1 – OBJETIVO GERAL: Contratação de empresa especializada no ramo, para composição do Quadro Geral de Registro de Preço, visando à prestação de serviço de publicidade volante para divulgação dos eventos e campanhas institucionais diversas, quando necessário.

Item	Qtde	Unid	Especificação
01	200	Horas	Publicidade Volante: Nas zonas urbanas e rurais do município. Prestação de serviço será mediante carro equipado com sistema de som para publicidade
02	200	Horas	Publicidade Volante: Nas zonas urbanas e rurais do município. Prestação de serviço será mediante motocicleta equipada com sistema de som para publicidade

2. - DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 – Os serviços serão executados após a assinatura da Ata de Registro de Preço com a Prefeitura e/ou Emissão da Ordem de Serviço, e de acordo com os termos, prazos, datas, locais e especificações descritos nos mesmos que serão emitidos pela Diretoria Municipal de Administração e Planejamento, e conforme as condições deste Edital e seus anexos;

2.2 – Os textos e informações para o conteúdo da publicidade serão de responsabilidade da Prefeitura de São Geraldo, cuja elaboração estará a cargo do Assessor de Cultura e Turismo Guilherme Christian Bhering Viana, sendo que as gravações do Spot para a veiculação da publicidade serão executadas e custeadas pela empresa contratada;

2.3 - Não serão aceitos atrasos injustificados para execução do objeto licitado;

2.4 - O agendamento do serviço será de no mínimo 03 cinco dias antes do evento, excetuando-se situação de urgência, calamidades e publicidades de emergência de interesse coletivo.

3- JUSTIFICATIVA

3.1- A aquisição atenderá as atividades desenvolvidas no município de São Geraldo através dos diversos setores da Prefeitura Municipal, tais como Administração, Educação, Cultura, Saúde, Ação Social, Esporte Lazer e Turismo, e outros setores que por ventura tenham demanda para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE VOLANTE, para atender às diversas secretarias da Administração Municipal, referente atividades desenvolvidas pelas Secretarias.

3.2- A presente proposição de contratação tomou como base o princípio da teoria de livre mercado, no qual os fornecedores concorrem na busca de oferecer o menor preço, sem com isso, comprometer a qualidade, a confiabilidade e a continuidade de serviços. Tal princípio trará benefícios e economia substanciais ao serviço público, cujas políticas e diretrizes devem estar orientadas para garantir e maximizar a qualidade e a quantidade da prestação de seus serviços à população, ao menor preço possível

4 – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1 – CONTRATADA:

a) Cumprir dentro do prazo de vigência, as obrigações assumidas;

b) Substituir imediatamente, às expensas, no total ou em parte, o objeto ora contratado, em que se verificarem quaisquer tipos de irregulares, e/ou fora do padrão normal de fornecimento, contrariando as normas.

4.1.2 – A **CONTRATADA** neste ato assume perante a **CONTRATANTE**, a responsabilidade civil e criminal, relativamente a quaisquer danos que o objeto contratado e por ela fornecido, venha causar devido à má qualidade dos mesmos;

4.1.3 – A **CONTRATADA** não poderá, a título algum, ceder o objeto da presente Ata.

4.2 – CONTRATANTE:

a) Elaborar os textos com o conteúdo necessário à gravação do SPOT de cada publicidade a ser veiculada;

b) Emitir Ordem de Serviço para cada execução de publicidade volante;

c) Fiscalizar a realização dos serviços e atestar o quantitativo de veiculações a cada Ordem de Serviço emitida;

d) Atestar a realização dos serviços e quando do recebimento da Nota Fiscal respectiva às Ordens de Serviços emitidas, providenciar a tramitação para o efetivo pagamento.

5-DO PRAZO

5.1 - O prazo de duração do credenciamento será de doze (12) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento de contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000

CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6 – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

6.1 – Para fins de participação no processo licitatório os interessados deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, devidamente atualizados:

6.1.1 – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria;

6.1.2 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.1.3 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.4 – Prova de regularidade fiscal quanto à dívida ativa da União e do Estado;

6.1.5 – Prova de regularidade fiscal quanto à quitação de tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;

6.1.6 – Prova de regularidade fiscal quanto ao débito municipal do domicílio ou sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;

6.1.7 – Prova de regularidade relativa a Seguridade Social;

6.1.8 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de garantia do Tempo de Serviço;

6.1.9 – Prova de inexistência de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de Julho de 2011;

6.1.10 – Declaração de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

6.1.11 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede do licitante;

6.1.12 – Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato.

6.2 – Os documentos necessários para o processo licitatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticada por membro da Comissão Permanente de Licitação, mediante a exibição do original.

6.3 – Ao protocolar seu pedido para o processo licitatório, a empresa aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Termo de Referência.

6.4 - O Município não aceitará a execução dos serviços que estiver em desacordo com o presente Termo de Referência, sem qualquer indenização.

7 – DOS PREÇOS:

7.1. O Município pagará ao **CONTRATADO** pela prestação dos serviços os valores constantes em **sua proposta**, não sendo aceitos valores maiores do que o estabelecido na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit	Vr. Total
01	Publicidade Volante: Nas zonas urbanas e rurais do município. Prestação de serviço será mediante carro equipado com sistema de som para publicidade	Horas	200	133,25	26.650,00
02	Publicidade Volante: Nas zonas urbanas e rurais do município. Prestação de serviço será mediante motocicleta equipada com sistema de som para publicidade	Horas	200	92,00	18.400,00
Valor total dos itens				R\$ 45.050,00	

7.5 - No caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados a cada 12 meses pelo INPC-IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

8– DO CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

8.1 - O controle e acompanhamento da execução do objeto desse Termo obedecerá às normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como a exigência do edital, sem prejuízo a outros instrumentos adotados pela Contratante para o fiel cumprimento das condições estabelecidas para a prestação dos serviços.

8.2- A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3- A conformidade da prestação de serviço deverá ser verificada juntamente com o documento da que contenha a relação



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000

CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.4- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.600, de 1993.

8.6 – A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Administração Municipal.

9- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 – O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao **CONTRATADO**, a realização de inspeções e levantamentos da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.2 – O Município poderá, através da Administração Municipal, a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas neste Termo de Referência, mediante comunicação prévia ao **CONTRATADO**, desde que o interesse público assim recomendar.

9.3 – O Município poderá, a qualquer momento, rescindir contrato por ato unilateral, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem que caiba direito à indenização, nas hipóteses previstas na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, ou mediante solicitação expressa do **CONTRATADO** com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

9.4 – O presente processo licitatório manter-se-á aberto durante todo o seu prazo de vigência.

9.5 – Caberá aplicação de multa conforme determinado pela Lei 8.666/93, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste termo pela contratada.

9.6 – O **CONTRATADO** declara conhecer que, conforme a norma legal vigente lhe é proibido fornecer a terceiros quaisquer tipos de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste processo licitatório, quando assim o exigir. Em consequência o **CONTRATADO** se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

9.7 – O **CONTRATADO** assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua empresa no cumprimento da licitação que venham em prejuízo dos interesses do Município.

9.8 – Qualquer alteração na sistemática dos serviços ajustados dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito, com antecedência necessária à sua implantação.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - A dotação orçamentária para a execução deste Processo Licitatório será estipulada pelo setor competente conforme previsto no orçamento municipal.

São Geraldo, 05 de maio de 2023.

LUCIANO PIOVESAN LEME
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANEJAMENTO